

## Passado pombalino em disputa: o *Perfil do Marquês de Pombal*, de Castelo Branco, em meio a embates sobre Pombal entre católicos e republicanos (Porto, 1882)

The Pombaline past in dispute: Castelo Branco's *Perfil do Marquês de Pombal* among clashes about Pombal between Catholics and republicans (Oporto, 1882)

Gustavo Pereira\*

### Resumo

Cem anos após a morte de Pombal, seu centenário atualizou disputas a seu respeito, opondo sobretudo setores do republicanismo e do catolicismo em Portugal. Consultando jornais, cartas e livros coetâneos, reflete-se acerca dos embates então ocorridos na cidade do Porto, em que tomou parte Camilo Castelo Branco. Crítico de Pombal e de seus apologistas, logo após as comemorações o romancista publicou seu *Perfil*, a mais célebre obra a que o centenário deu ensejo. Atenta-se a polos extremos das disputas sobre o passado pombalino e ao modo como Camilo – inserido nas discussões mais amplas sobre o papel do marquês no país (entre passado, presente e futuro) – posiciona-se tanto sobre as formas como se mobilizava tal passado, quanto sobre a natureza e a limitação de seu trabalho de escrita sobre esse passado ainda polêmico.

Palavras-chave: História;  
Comemoração; Usos do passado.

### Abstract

One hundred years after Pombal's death, his centenary updated disputes about him, opposing mainly sectors of republicanism and Catholicism in Portugal. Looking up newspapers, letters, and books of that time, the author reflects on the clashes that happened then in the city of Oporto, in which Camilo Castelo Branco took part. A critic of Pombal and his apologists, right after the commemorations the novelist published his *Perfil*, the most famous work the centenary motivated. The article focuses on extreme poles of the disputes over the Pombaline past and on how Camilo – amidst this broader discussion about the role of the marquis in the country (between past, present, and future) – takes a position both on how this past was mobilized and on the nature and limitation of his own work of writing about this polemic past.

Keywords: History; Commemoration; Uses of the past.

\* Assistente de Investigação. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. Doutorando no Programa de Doutoramento em História (especialidade: História Contemporânea) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - FCSH-NOVA. Esteve vinculado ao antigo Programa de Doutoramento em História e Teoria das Ideias (especialidade: Pensamento, Cultura, Política) da mesma universidade. Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2011) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História (linha: Política e Sociedade, setor: História Moderna) da mesma universidade - PPGH-UFF (2014). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, Teoria da História e Historiografia, História de Portugal e História do Brasil, interessando-se particularmente por questões relacionadas a memória, comemorações, escrita da história, usos do passado, discursos históricos e políticos e ensino de história. É Assistente de Investigação no CHAM - Centro de Humanidades, unidade de investigação inter-universitária de excelência, vinculada à FCSH-NOVA e à Universidade dos Açores - UAc e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT. No âmbito do referido centro, suas atividades integram o Grupo de Investigação "Leituras e Formas de Escrita" e se relacionam à Linha Temática "Teoria e Metodologia". Foi bolsista do programa de doutorado pleno no exterior da CAPES e, de volta ao Rio de Janeiro, desenvolveu estágio doutoral de pesquisa, acolhido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGH-UERJ, sob supervisão da Prof. Dra. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0938133790958610>, E-mail: [gustavopereira@id.uff.br](mailto:gustavopereira@id.uff.br).

## Sebastião José, D. José, Pombal

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 13 de maio de 1699. Tendo antes servido a D. João V (1707-1750), foi nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no início do reinado de D. José (1750-1777). Com poder e reconhecimento crescentes, pouco após o terremoto de 1755 assumiu a secretaria do Reino (1756), mais importante, de onde coordenou medidas que marcaram o reinado e os discursos sobre o século XVIII português – como a reconstrução de Lisboa, a expulsão dos jesuítas (1759) e a reforma da Universidade (1772). Em recompensa pelos serviços à coroa, foi feito conde de Oeiras e marquês de Pombal, e a despeito de o título mais elevado lhe ter sido concedido após os 70 anos, foi como marquês que o ministro ficou conhecido na posteridade (AZEVEDO, 1990 [1909]; TAVARES, 2018).

Afastado do poder com a iminente morte de D. José, faleceu na vila de Pombal em 8 de maio de 1782 – doente, banido da capital e imputado a uma série de crimes. Em suas exéquias, frei Joaquim de Santa Clara, monge beneditino e professor da Universidade, afirmou: “o marquês de Pombal morre. Mas não morrerá jamais a sua memória [...]; será em todos os séculos o homem grande; as suas ações serão o exemplo da justiça e do patriotismo e a sua sepultura não poderá ter epitáfio nem mais permanente nem mais enérgico que o seu nome”.<sup>1</sup> Quanto a seu *renome* póstumo, João Lúcio de Azevedo (1990 [1909], p. 313) destaca, mais tarde, um confronto importante: “sobre o discutido nome pairou o silêncio de muitos anos. Rompeu-se depois e Pombal ressuscitou na lenda, em toda a grandeza que os lisonjeiros lhe atribuíram durante o poder. Deformado o seu génio, transfigurou-se o torvo déspota em corifeu da liberdade”.

Não por acaso, o período em que Pombal esteve à frente do governo recebeu o epíteto de *pombalino*, associando-se a leituras divergentes sobre suas medidas de reforma política e sobre a violência com que ele lidou com opositores; a *conflitos de memória* (POLLAK, 1989) que fazem do marquês um dos tópicos históricos mais discutidos no país (TORRALBA, 1982). Na perspectiva de Heloísa Paulo (2010, p. 169), a memória oficial ou oficiosa de *grandes vultos* é uma construção efetuada a partir de valores institucionalizados; resulta de um trabalho de recorte em que se descartam, de sua trajetória “real e documentada”, referências que fogem à imagem que se quer, a cada passo, afirmar. “Produto de uma memória social cristalizada [...], sofre os reveses da própria história, acompanhando as mudanças sociais, justificando as alterações políticas e ideológicas através dos tempos”. Reflexão elucidativa para pensar confrontos de interpretações e representações do passado pombalino em Portugal ao longo do tempo.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, jul./1817, p. 03-15.

<sup>2</sup> Importante para estas reflexões, Paul Ricoeur (2018 [2000], p. 300, 317) aborda memória como representação/re-apresentação (*presença no espírito*) do passado/acontecido (realidade *anterior ausente*; o que *não é mais, porém já foi*). Para Enzo Traverso (2007 [2000], p. 21-40), memória e história, reconfiguradas em uma tensão dinâmica, originam-se de uma mesma preocupação, compartilhando a elaboração do passado. A história é “um relato, uma escritura do passado segundo as modalidades e regras de um ofício”, respondendo a questões propostas pela memória; “nasce da memória, que é uma de suas dimensões; depois, adotando uma postura

Segundo Sérgio Campos Matos (2010), o marquês se tornou

uma das presenças mais marcantes na cultura histórica e até na cultura política portuguesa do século XIX [...]; uma das personalidades mais controversas na memória nacional desde os fins do século XVIII [...]. Raras personalidades históricas em Portugal terão sido tão louvadas e, ao mesmo tempo, tão execradas.

Para Nuno Gonçalo Monteiro (2008 [2006], p. 9-10, 326),

não é pelo nome do rei que o [reinado] é, em regra, conhecido [...]; o que dele se conhece é, quase sempre, pela interposta pessoa do seu ministro [...], por força das celebrações encomiásticas e das críticas enfáticas que conheceu, dentro e fora de Portugal, quando ainda era vivo. Será difícil, de resto, encontrar outra personagem portuguesa que tenha concitado tanta atenção [...]. Nunca caiu, pois, verdadeiramente no esquecimento.

De acordo com o historiador, além disso, “quase todos os decisores e opinadores políticos das décadas subsequentes tiveram de se debruçar sobre a sua herança, reiteradas vezes comentada também por políticos e viajantes estrangeiros”.

Em termos de produção bibliográfica, chamam a atenção tanto o volume do que já foi escrito a respeito do marquês quanto as acentuadas polémicas que a temática traz à tona. De acordo com Tiago Reis Miranda (1993, p. 30, 20-24), “revisitar Pombal significa aceitar o convite para procurar compreender um universo de representações políticas entrelaçado e contraditório – cheio de incertezas e preconceitos –, mas igualmente rico em significações”. O tópico ocupou o debate político lusófono desde o reinado de D. José, quando uma série de indivíduos foi perseguida por discordâncias políticas. Se com a queda do ministro se passou à crítica aberta, pondo em xeque algumas de suas medidas, a lembrança de suas ações perdurou, ecoando em elogios, censuras e trabalhos muitas vezes pouco ou nada imparciais (SANTOS, 1991).

No que diz respeito à compreensão do *pombalismo* (DIAS, 1982-1984; SERRÃO, 1989), Joel Serrão (1984, p. 358) afirma: “parece evidente que o aspecto fundamental daquilo que [o] caracterizou [...] é exactamente o reforço da máquina do Estado: o rei é o símbolo e o critério da legitimidade das leis”. Monteiro (2008 [2006], p. 326), que avança em reflexões sobre o governo e sobre sua percepção por coetâneos e pósteros, entende que o marquês,

contemporâneo das Luzes, partilhou com elas alguns inimigos – os jesuítas e o poder civil da Igreja – e foi buscar nelas algumas fontes de inspiração. [...] É verdadeiramente no reinado de D. José que se inaugura em Portugal a intervenção reformadora e autoritária do Estado e do governo em múltiplos domínios da sociedade. Uma herança que nunca mais seria esquecida. Tudo isso permaneceu depois de Pombal, tal como perdurou uma parte da elite política que o acompanhou ou nele se veio a reconhecer, embora para aplicar, como veio a acontecer, no fim do século, um conjunto de reformas com uma outra inspiração doutrinária, ou seja, já claramente iluminista e economicamente liberal. Foi exatamente pela imagem de ruptura que criou e pelos adversários

---

autorreflexiva, transforma a memória em um de seus objetos”. Quanto à recorrente distinção acadêmica entre os termos (NORA, 1993 [1984]), ele questiona sobretudo sua irredutibilidade.

que teve que o regime pombalino inaugurou uma herança política [...] sucessiva e contraditoriamente apropriada.

O reformismo pombalino apresentou como justificativa o esforço referido. Assim, pelo confronto entre a ampliação dos poderes régios e a manutenção de privilégios dos demais corpos políticos, podem-se perceber (na linha de argumentações do próprio pombalismo) muitas das resistências que Pombal enfrentou por parte de setores da sociedade incapazes ou não desejosos de se adaptar ou de ceder espaço, prerrogativas e direitos tradicionais (SERRÃO, 1984, p. 358) – sobretudo elementos da nobreza e das ordens religiosas, em especial os jesuítas.<sup>3</sup>

A força e o simbolismo da oposição aos inacionos em Portugal permitem assinalar um tópico recorrente que confere sentido a aproximações e usos de aspectos do passado pombalino por setores que, em diferentes momentos, percebem-se e se apresentam como antirreacionários e antijesuítas. Como aponta Jorge Borges de Macedo (1982b, p. 25), afinal, no governo do marquês se desenvolveu uma verdadeira “campanha contra os jesuítas, levada a efeito com uma determinação e um aparelho ideológico extremamente diversificados”. No discurso pombalino,

os jesuítas tornavam-se o bode expiatório de todos os males, os culpados da fraqueza do Estado. A sua resistência explicava todos os atrasos [...]; situação que se reflete igualmente, embora em menor grau, nas outras ordens religiosas, assim como na nobreza de sangue e nas camadas populares. [...] Os ataques pombalinos aos diferentes grupos sociais nunca são simultâneos, mas estipulam sempre o mesmo responsável: o jesuíta.

A relação e a oposição longevas entre pombalismo-liberalismo e antipombalismo-tradicionismo (aqui abordadas já na década de 1880), tomaram forma sobretudo a partir da primeira experiência liberal lusa (1820-1823); sugerindo-se na altura que “Pombal poderia de alguma forma ter acionado, embora inconsciente e involuntariamente, o processo que conduziria à Revolução”.<sup>4</sup> Se desde então se pode notar, da parte de liberais, uma tendência para louvar certas ações do marquês, da parte de tradicionalistas as críticas a seu governo “aparecem

---

<sup>3</sup> Sobre a relação privilegiada dos religiosos da Companhia de Jesus (jesuítas/inacionos) com o papado e com os reis portugueses, que ajuda a compreender em termos algumas das oposições pombalinas (e posteriormente liberais e republicanas) à ordem regular fundada por Inácio de Loyola em 1534, ver: GONÇALVES, 2001. Acerca de tais conflitos, ver: CASTRO, 2009.

<sup>4</sup> A *Revolução do Porto* (1820) deu início ao 1º liberalismo em Portugal (*vinetismo*). Após a reação absolutista (sob D. João VI e D. Miguel), a outorga da Carta Constitucional (1826) e a guerra civil (1832-1834), inaugurou-se uma 2ª experiência liberal (que perdurou até a proclamação da República, em 1910). Se as décadas iniciais do regime se marcaram por conflitos e instabilidade, a *Regeneração* (1851-1890) foi um período de relativa estabilidade política e de desenvolvimento material (BONIFÁCIO, 2010; JUSTINO, 2016; RIBEIRO, 1998; SARDICA, 2013 [2001]). A partir da década de 1870, entretanto, jovens envolvidos em embates visando à renovação literária, acadêmica e cultural acentuaram críticas a consensos do liberalismo. Simpáticos às ditas *ideias novas* (como republicanismo e socialismo), aspiravam a mudanças no sentido de uma cidadania por eles vista como mais *democrática*, aprofundando estruturas fundadas em 1820 (SARDICA, 2009; 2018; MACHADO, 1996). Na altura, empregavam-se *democracia* e *república* em referência ao regime republicano (em oposição ao monárquico). Sobre a relação entre *res publica*, *monarquia*, *democracia* e *republicanismo*, ver: CATROGA, 2010; POCOOCK, 2013 [2010].

cautelosa, indirecta e tardiamente”, assumindo maior relevância no contexto do reinado absolutista de D. Miguel (1828-1834).<sup>5</sup> Em meio a tais acontecimentos, a *questão jesuítica*, índice de uma oposição maior, fez-se central nos debates políticos (TORGAL, 1984, p. 137-141).

Expulsos por Pombal em 1759, os inicianos retornaram ao território português a convite de D. Miguel, sendo novamente expulsos com o avanço das tropas liberais lideradas por D. Pedro IV (1826) – processo de que é testemunho uma primeira legislação expulsória (1833), repondo em vigor medidas pombalinas. Com o encerramento da guerra civil, extinguíram-se as ordens religiosas masculinas, e Joaquim António de Aguiar, ministro que assinou o decreto de extinção (1834), recebeu o cognome de *mata-frades*. Entende-se, pois, o sentido da mobilização da figura de Pombal em campanhas anticlericais; indício da eloquência, na posteridade, do combate em torno de suas iniciativas antiultramontanas<sup>6</sup> e antijesuíticas, e da relevância dos persistentes e renovados embates com os inicianos – que liberais e depois republicanos (autoproclamados *herdeiros* do marquês) consideravam a “expressão da contrarrevolução, do antiliberalismo e do ultramontanismo” (FERREIRA, 2000, p. 489-490); o inimigo a abater, a reação, em suma.

Nas palavras de Luís Machado Abreu (2004, p. 84-86, 72),

o que, na memória das políticas pombalinas, sobretudo em matéria religiosa, se impõe tradicionalmente como marca distintiva é o antijesuitismo feroz e sistemático. [...] O século XIX volta-se para Pombal, assumindo em diferentes momentos a sua reabilitação na memória nacional e na programação da vida política.

Além de apontar a recuperação seletiva do pombalismo por setores liberais e republicanos, o historiador destaca como, por outra parte (no que pode ser apontado como *tradicionalismo*),

o miguelismo identifica-se como o movimento político que defende o Trono e o Altar [...]. A oposição ao projecto político liberal dita aos sectores absolutistas a evocação de duas organizações destroçadas e banidas do país, mas que muitos querem e esperam que venham a ser restabelecidas como peças fundamentais da liga, que se pretende restaurar, entre o Estado absoluto e o poder espiritual da Igreja [...]: a Inquisição, que havia sido extinta pelo poder liberal havia pouco [1821], e a Companhia de Jesus, anteriormente expulsa por Pombal.

Entende-se, assim, a ponderação de Rui Bebiano (1982) sobre o período em tela (1882):

num Portugal coberto ainda pelas feridas abertas pelo processo político que se activara em 1820, feridas que a “Regeneração” não pudera (ou não soubera) cicatrizar, a figura de Pombal surgia inscrita nas bandeiras de luta daqueles que propunham manter viva a chama liberal, opondo-se à ainda presente reacção legitimista ou, de uma forma mais radical e elaborada, propondo uma alternativa política e institucional à Monarquia que entendiam moribunda. Não porque a figura do marquês pudesse ser apontada como a de um liberal (não o fora de todo), mas porque, pela

---

<sup>5</sup> *Tradicionalismo* remete a *contrarrevolução*; a movimentos de reação às revoluções liberais. Em Portugal, remete também aos *miguelistas/legitimistas*, que, vinculando-se a D. Miguel, entendiam ilegítimos o regime instaurado por D. Pedro e sua linhagem (TORGAL, 1973; SILVA, 2001).

<sup>6</sup> *Ultramontano*: quem defende “o poder absoluto do papa e a sua independência em relação aos poderes seculares [...]”; apoia a autoridade e o poder da Igreja, adere aos princípios e à actuação da Igreja Romana, nos planos teológico, jurisdicional ou político” (NETO, 2011, p. 158).

sua ação enérgica e até certo ponto inovadora, constituía um acidente no percurso da política portuguesa.

Na altura, os republicanos criticavam os liberais enquanto buscavam se estruturar como um partido, superando suas dissidências e se apresentando como alternativa externa ao regime monárquico-constitucional. O período foi marcado por seu empenho em associações, veículos de imprensa e campanhas de opinião (CATROGA, 2010 [1991]; CABRAL, 1973; HOMEM, 1998).<sup>7</sup> Além do apoio procurado em certa intelectualidade, tentavam mobilizar a população, agindo para *regenerar* o país; atualizando a memória de *glórias* pretéritas e o direcionando no sentido do *progresso*/da modernidade por eles concebida – ideias simpáticas a parte daqueles que escreviam e debatiam política (RAMOS, 1992; SARAIVA, 1995 [1990]; SARDICA, 2018).

Para Serrão (1983, cap. II-III), se os primeiros liberais buscaram remediar a *decadência* da pátria abolindo o absolutismo, os republicanos, já no último quartel do século, “buscarão nova panaceia nacional na extinção da Monarquia”. Em comum, o ideal de *regeneração*, vinculando elementos de um passado a resgatar a um ideal de futuro a fundar. Contudo, mais que os juízos, eram distintos os seus planos – que para os republicanos incluíam instaurar a República. No contexto dos centenários oitocentistas (como o de Camões, em 1880, e o de Pombal, em 1882), a intensificação da propaganda republicana se relacionava à incorporação de uma “mística patriótica”. Vinculavam-se, “devido ao peso da história”, o projeto de *regeneração* nacional e o “sonho do regresso a passadas glórias”. Na perspectiva de Manuel A. Carvalho (2002, p. 465),

essas celebrações, ao procurarem contrapor os tempos gloriosos de outrora a uma situação de decadência, não deixavam de ter subjacente certa ideologia política que incorporava uma esperança regeneradora [...]. A evocação do passado glorioso permitiu aos republicanos fazerem uma afirmação de nacionalismo e historicismo [...]; positivistas e evolucionistas que eram, o seu historicismo movia-se numa concepção evolutiva [...]. República não era sinônimo de ruptura, mas afirmação e concretização do nosso passado heroico [...]. Sentiam-se, assim, investidos de uma certa legitimação histórica.

No centenário pombalino se reafirmaram/reatualizaram/reclamaram as relações entre o anticongreganismo<sup>8</sup> liberal e o antijesuitismo pombalino; bandeiras assumidas de forma mais enérgica por setores republicanos e percebidas pelos maiores opositores dos festejos – católicos menos transigentes com o liberalismo – como provocação. As comemorações representaram um momento de acentuação das posições em torno da figura do marquês, recuperada de modo

---

<sup>7</sup> Bradavam contra corrupção, ordens religiosas, aumento de impostos, perda de territórios coloniais... questões relacionadas aos tópicos do *decadentismo* e do *atraso* de Portugal – dentre cujas causas, na perspectiva de Antero de Quental, influente figura da *geração de 70* (MACHADO, 1986 [1977]), destacava-se o catolicismo, que (sob a égide da Inquisição e do jesuitismo) havia servido de esteio ao absolutismo e mantinha influências negativas no país, afastando-o do *espírito moderno*. Tratava-se de uma leitura da história e da política influenciada por Antero, e também por Oliveira Martins; ambos deram o tom a muito das críticas à Monarquia.

<sup>8</sup> *Anticongreganismo* remete à oposição às ordens/congregações religiosas (FERREIRA, 2000).

seletivo; realçando um viés então percebido como antijesuítico, antiultramontano e anticlerical. Como bem resume Luís Reis Torgal (1984, p. 141-148), os festejos foram entendidos

por certos setores como um grande movimento de combate político [...]; a figura de Pombal sugeria sobretudo a republicanos e a alguns maç[ões] as imagens do anti-ultramontanismo e da laicização, do liberalismo e da “igualização” social. [...] Quando forças liberais e sobretudo republicanas, portadoras de uma ideologia positivista em que os centenários ocupavam um lugar importante no processo de transformação da sociedade, homenagearam Pombal, então avivou-se entre os tradicionalistas o ódio ao ministro de D. José, que foi considerado um revolucionário, um tirano e até um maçónico.

Como em Lisboa e Coimbra, no Porto (segunda maior cidade de Portugal) os festejos foram capitaneados por um grupo organizado de estudantes e, desde os preparativos, ecoaram na imprensa. Entre os veículos portuenses, os acadêmicos contaram com forte apoio do republicano *A Folha Nova*.<sup>9</sup> Por outro lado, sofreram pesadas críticas nas páginas d'*A Palavra*,<sup>10</sup> órgão da Associação Católica do Porto, fundada em 1870. Acerca da Associação, ressalta-se que, se *ideias novas*, críticas à religião, mobilizavam o país desde a década de 1870, também se organizou, com sentido reativo, um movimento católico; espécie de contraofensiva propondo a defesa dos *direitos da Igreja* e a apologia daquela que era a *religião do Estado* (o catolicismo), com atenção a vocações, desenvolvimento das ordens religiosas e expansão de missões e devoções populares (NETO, 1998, p. 406-416). Constitucional e religiosa, a Associação buscava conciliar catolicismo e liberalismo, aceitando as estruturas de poder vigentes, mas refutando a ideologia que as legitimava. Contudo, ao tentar unir católicos de diferentes frentes, enfrentava resistências de grupos legitimistas, mais intransigentes em sua oposição (POLICARPO, 1992).

Logo após as comemorações pombalinas, Camilo Castelo Branco, com posicionamento peculiar relativamente ao catolicismo coetâneo,<sup>11</sup> publicou um livro retratando o marquês *de perfil* (unilateralmente) com “tintas” colhidas “na paleta da história”. De acordo com o romancista, nos discursos e iniciativas relacionados ao centenário, o vulto de Pombal “ressurge mais ou menos postigo e contrafeito dos moldes das três escolas políticas regimentares”. Camilo tentava se distinguir, assim, de representações do marquês mobilizadas por diferentes parcialidades, dizendo apresentar uma (ou a única) versão verdadeira de Pombal. Além de pôr em questão essa sua alegada *imparcialidade*, busca-se neste artigo acompanhar os mais acentuados

---

<sup>9</sup> Porto (1881-1888). Diário republicano, dirigido por Emídio Oliveira.

<sup>10</sup> Porto (1872-1913). Diário católico liberal, dirigido por Frutuoso da Fonseca.

<sup>11</sup> Recordar-se que, em um período de acentuado confronto entre a cúria e os regimes e Estados-nação saídos das revoluções liberais, o papa Pio IX (1846-1878) condenou o liberalismo (1864) e convocou o concílio Vaticano I (1869-1870), que declarou e definiu o dogma da infalibilidade papal (CATROGA, 1988; 2001; 2010; NETO, 1998). Camilo criticava fortemente essa expressão coetânea do catolicismo *romanista* (e *ultramontana*), por ele referido como *religião dogmática da infalibilidade do papa*, ainda que simpatizasse com os jesuítas – justamente a ordem que, para os promotores do centenário, representava/encarnava/resumia o ultramontanismo e a reação.

embates expressos/impressos em jornais do Porto, pensando como *A Folha Nova* (republicano) e *A Palavra* (católico constitucional) conceberam e arremeteram aspectos desse passado.<sup>12</sup>

Ao considerar *leituras* do passado pombalino nesses impressos, atenta-se ao aspecto não uniforme e contraposto; exaltado, e eloquente das mensagens neles difundidas. Por um lado,

a imprensa laica, ao divulgar uma mensagem dessacralizadora do universo, contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista [...]; de um sentimento adverso ao clero nas principais cidades do país [...]. [Além disso,] a imprensa republicana levou a secularização às últimas consequências, ao fazer a propaganda de uma visão laica do universo. Se os primeiros periódicos republicanos apareceram em 1848, o desenvolvimento desse tipo de imprensa [...] ocorreu sobretudo a partir de 1870.

Por outro lado, “a Igreja procurou responder ao movimento de secularização impulsionado pelas publicações afetas ao regime constitucional através do desenvolvimento da sua própria imprensa [...], que combatia acerrimamente a laicização” (NETO, 1998, p. 227-233).

### **O centenário, *A Folha Nova*, *A Palavra***

Porto, 8 de maio de 1882. Na primeira página de um número comemorativo d’*A Folha Nova*, explicitam-se as questões que a celebração do centenário evoca a apoiadores e organizadores:

entre todos os grandes vultos do século XVIII, destaca-se, prodigiosamente luminoso, o homem que se chamou Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. [...] A história é um tribunal póstumo [...]. A história de hoje não é a de há cem anos. Então, registrava simplesmente os fatos; agora, faz mais: analisa-os, critica-os, apresenta-os deslumbrantemente luminosos, impondo-os à nossa admiração. Hoje, que estão quase caídos os fetiches das velhas religiões; hoje, que a ciência triunfa e os santos caem, presta-se culto aos hereges que produziram alguma coisa de útil [...]. Agora que as paixões políticas e os antigos ódios estão extintos, é preciso que a história pronuncie a sentença, dando-lhes ingresso no grande panteão humanitário. A Academia [coletivo de alunos das escolas superiores], que tão alta e nobremente soube compreender o seu dever, apesar dos obstáculos que se lhe antepuseram, saúda e presta homenagem não ao assassino dos Távoras, mas ao enérgico reformador; ao lutador atlético que nos prestou esse relevantíssimo serviço da expulsão dos jesuítas que hoje tentam morder-lhe ainda a memória.

---

<sup>12</sup> Ambos eram diários de grande expressão regional, contando com correspondentes regulares em Lisboa (repercutindo localmente, portanto, notícias da capital e do restante do país). Ademais, rapidamente alcançavam, pelas linhas férreas que já então conectavam o território luso, as principais cidades portuguesas, onde algumas de suas notas locais e mesmo trechos de artigos de fundo mais enérgicos eram republicados e comentados por apoiadores e críticos.



Nota-se no texto a influência de ideias comtiano-positivistas heterodoxas que marcam parte da historiografia portuguesa desde a década de 1870<sup>13</sup> e que caracterizam os principais promotores do centenário: estudantes das escolas superiores (a maior parte deles republicanos). Reconhecendo a função de sua comemoração enquanto esforço de formação cívica e moral, torna-se central a reflexão sobre os *grandes homens* defuntos (CATROGA, 1977; 1998 [1996]; LUZ, 2004; MATOS, 1992). Assim, resgata-se do passado o marquês; entende-se já ser chegado o momento de o submeter a um *juízo* póstumo, comandado pelo *critério positivo* que legitima esse novo tipo de *heróis*, no ideal de *civilização/modernidade*. Com esse sentido, Pombal é apontado como quem melhor caracteriza os aspectos *positivos* do século XVIII. Ele é recordado, no século XIX, portanto, por sua “função histórica” no *progresso* de Portugal (agente da superação de atrasos e da preparação para o almejado e aguardado advento da República), aspectos que no fundo transcendem sua individualidade. A comemoração tem, pois, um sentido futurante e deve despertar o país; fazê-lo *avançar* no sentido por eles *previsto*.

Nesse peculiar *juízo* teleológico, analisam-se o passado e o presente com os olhos postos em um futuro já conhecido/*previsto* – informado pela ideia de *progresso*. Em um momento percebido como adequado, por se conhecerem não só os acontecimentos pretéritos e a situação corrente do país, mas também o *sentido* de sua *evolução* (CATROGA, 2010), recorre-se ao aval do *tribunal* da história; ao *juízo* de sujeitos qualificados para julgar, com base nos tais *critérios positivos*, o passado pombalino e aquilo que se entende como seu legado – ao presente e ao futuro. Ademais, afirma-se que, como pagamento de uma “dívida” pátria, um Pombal idealizado “eterniza-se” na *memória* dos portugueses, com sua *apoteose cívica*.<sup>14</sup> Propondo substituir ritos e festividades católicas (“fetiches”) por outros, de teor *cívico*, parte-se da ideia de aproveitamento e controle de seu potencial. Assim, sugere-se prestar um “culto aos hereges que produziram alguma coisa de útil e de humanitário”, em uma concepção laicista e anticlerical que marca um período (o século XIX) em que “a ciência triunfa e os santos caem”. Daí a celebração pública

---

<sup>13</sup> Acerca de correntes historiográficas no século XIX (temática mais ampla, que escapa aos limites deste artigo), ver: BOURDÉ & MARTIN, 2018 [1983]. Para Portugal, ver: CATROGA, TORRALBA & MENDES, 1998 [1996]. Se a Real Academia de Ciências de Lisboa (1779), com uma perspectiva pragmática e propedêutica da história, propunha-se a aprofundar o conhecimento da nação a partir da pesquisa e dos registros e guarda documental, os primeiros liberais, herdeiros dessa tradição, buscaram “conciliar presente e passado, nação e Monarquia, nação e religião”. Em meados do século, Alexandre Herculano, dito *pai da historiografia moderna portuguesa*, desenvolveu no seu seio um marcante trabalho documental/arquivista, questionando “tradições míticas e religiosas, sobrepondo as evidências documentais às tradições gloriosas” e impactando o campo (DPH), exposto a novas influências e a questionamentos a partir da década de 1870.

<sup>14</sup> A ideia de manifestações/ritos cívicos aponta a uma noção de religiosidade civil/estatal. Recuperam-se os sentidos de *pátria* e *patriotismo religioso*, vinculados à ideia de *res pública*, articulada ao bem comum e à liberdade – que passava pelo “comprometimento do cidadão com a vida pública, em função de deveres para com uma comunidade política”. Pode-se falar de “sacralização do profano”: após o período revolucionário, os novos poderes políticos, buscando se legitimar secularmente, “não dispensavam o recurso a mitos, símbolos e ritos, tendo em vista o reforço dos novos consensos sociais e nacionais” (CATROGA, 2010; 2011 [2006], p. 135).

desse santo-heredeiro peculiar, organizada em torno de aspectos selecionados de seu passado – manifestação ritualística de uma narrativa com certo teor histórico explorada politicamente.

As reformas, e não as medidas violentas capitaneadas pelo ministro, são aquilo que se recorda: “homenagem não ao assassino dos Távoras [família nobre; sua mais célebre vítima], mas ao enérgico reformador; ao lutador atlético que nos prestou esse relevantíssimo serviço da expulsão dos jesuítas”. Bastante citado, o programa celebratório dos estudantes de Lisboa, com visível influência sobre seus colegas do Porto, afirma-o explicitamente. Após exaltarem a reforma pombalina do ensino, os acadêmicos da capital apontam a “vantagem que advirá à sociedade portuguesa, dando execução aos decretos de expulsão dos jesuítas; decretos que são capciosamente sofismados há cem anos”. Reforçando a continuidade que aspiram estabelecer com indivíduos/momentos-chave do anticlericalismo português (ABREU, 2004; NETO, 1998), pedem, por fim, “o cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal [1759] e Joaquim António de Aguiar [1834], a respeito de todas as ordens religiosas” (COMISSÃO, 1882).

Explicita-se, pois, a relação entre diferentes passos do *passado* e o *presente* – visando à concretização de um projeto político informando um *futuro* determinado.<sup>15</sup> Devem-se ter em conta as mudanças havidas nos cem anos que separam (e conectam, pela via comemorativa) as reformas pombalinas do século XVIII, as políticas anticlericais liberais do século XIX (em pauta desde o restabelecimento do liberalismo, em 1834) e também as medidas *avançadas*, de teor laicista, demandadas por grupos republicanos sobretudo a partir da década de 1870 (CATROGA, 2001). Notar como essas iniciativas reclamam aspectos de uma herança que remonta a Pombal ajuda a compreender como se emprestam novos sentidos ao passado – valendo-se dos tópicos trazidos à tona pelas fontes mobilizadas para legitimar as *histórias* que então se escrevem (MATOS, 1998). Novos sentidos que permitem que Pombal, em sua época defensor ferrenho do poder régio e promotor de medidas centralizadoras, restritivas e autoritárias (MACEDO, 1982; MONTEIRO, 2008 [2006]), seja apresentado, a partir de uma releitura seletiva, relativizante e teleológica de seu governo, como paladino do liberalismo, das liberdades cívicas e, por fim, do republicanismo (BEBIANO, 1982).

Desde fins de 1881, quando se começa a falar na imprensa portuguesa sobre os festejos de Pombal, divulgam-se em jornais do Porto aspectos da disputa sobre o período pombalino e sobre o centenário em preparação. As narrativas acerca de suas políticas e dos embates em que o marquês se envolveu podem desse modo ser relidas e ressignificadas – tendo em vista os conflitos candentes e as formas como então se produzem e validam discursos sobre o passado. A efeméride acentua e concentra disputas em torno de sua figura – fazendo dele herói, anti-herói ou vilão; sem muito espaço para indiferença.

N’A *Folha Nova*, as primeiras referências ao centenário datam de novembro. Contudo, apenas em 24 de março os estudantes se reúnem para deliberar acerca de sua participação nos

---

<sup>15</sup> Para uma reflexão mais ampla sobre as formas como se pode lidar com as temporalidades e dimensões temporais, mobilizando diferentes narrativas e articulando/experimentando de modos distintos passado, presente e futuro, ver: KOSELLECK, 2011 [1979]; HARTOG, 2015 [2003].

festejos – de que acabam sendo, como dito, os principais promotores. Tendo-se antes criticado em suas páginas uma acusada inação acadêmica acerca da efeméride, no diário se reproduz, entre os dias 29 e 30, o programa portuense (cortejo cívico, palestras públicas, sarau literário-musical, publicações comemorativas...). Além disso, seu representante marca presença em uma reunião em 4 de abril, para a qual são convidados delegados dos jornais locais – incentivados a auxiliar na divulgação dos preparativos, a editar números especiais e a se incorporar no cortejo. N'A *Folha Nova*, reforça-se, então, esse empenho com a publicação de muitos textos favoráveis ao marquês e à celebração; textos que enfrentam abertamente a oposição d'A *Palavra*.

Pouco após 8 de maio, publicam-se n'A *Palavra* (10/05/1882) críticas não apenas às festas do centenário (frequentes em tais páginas há já uns meses), mas também aos futuros relatos impressos a tal respeito; narrativas a serem registradas nos metafóricos *anais do século*:

o escândalo vai consumir-se! Este velho Portugal vai receber de seus filhos degenerados a maior afronta que podia arremessar-se a suas venerandas faces! Este século, tão farto de contradições e aberrações inauditas, vai inscrever em seus anais a descrição dos festejos cívicos do marquês de Pombal! Esses mesmos que aí nos estão todos os dias apregoando o famoso exigir de uma liberdade sem limites vão fazer a apoteose do déspota mais feroz e sanguinário de que reza a história pátria! [...] Pombal fundou em Portugal, no século XVIII, o governo despótico, representado pelo rei. Vós quereis fundá-lo hoje, em pleno século XIX, representado por vós e tendo a plebe por cortejo.

O préstito organizado pelos estudantes é referido de modo crítico no jornal; como subversão dos ritos católicos. N'A *Palavra*, ainda se volta contra essa espécie de hagiografia liberal, que se vale da figura de um *déspota*, tentando fazer dele um *santo*; contrapondo-a à visão deturpada de religiosos (verdadeiros santos), mobilizados como o inimigo a abater:

desfralde-se aos ventos o pendão das quinas, embandeirem-se as ruas, adornem-se de damasco as janelas, que vai passar a mascarada cívica. O niilismo, o socialismo, o comunismo e o maçonismo portugueses têm hoje gáudio forte! O despotismo das praças festeja, hoje, vertiginosa orgia: o despotismo real, na pessoa do assassino covarde de milhões de inocentes! [...] [Pombal] manchou a sua glória, alienou as simpatias do mundo civilizado e mereceu o juízo severo da posteridade. [...] Mas se uma das suas vítimas foram os jesuítas, está justificado o bacanal, porque é o ódio à religião que afogueia o vosso entusiasmo. [...] Precisáveis de mais um santo para inscrever no calendário do liberalismo e da impiedade; encontraste-lo de molde no sectário da filosofia ímpia do século XVIII! Não vos disputamos essa fácil conquista. É vosso. Ninguém vo-lo inveja! O marquês de Pombal é digno de vós e vós dignos dele. Avante, patriotas!

De um lado, busca-se mobilizar, n'A *Folha Nova* (29-30/05/1882), apoio para o programa dos estudantes, que, ecoando o documento lisboeta, inclui a proposta de requerer “ao governo para que faça cumprir rigorosamente as disposições do marquês de Pombal e Joaquim Antonio de Aguiar respeitantes às congregações religiosas” – ainda em vigor, a despeito do paulatino reingresso de religiosos regulares (não só jesuítas) no país. Como se lê em nota de 8 de maio:

A *Folha Nova*, prosseguindo na luta liberal que Sebastião José de Carvalho tão denodadamente encetou, vai dedicar doravante o melhor da sua energia contra o fanatismo, contra a reação, contra o inimigo da liberdade e da democracia – o jesuíta! Em nome da consciência humana, chama o patriotismo de todos os democratas em defesa da causa da justiça e da luz. Abaixo o jesuíta! Abaixo o jesuíta!

Se já antes dos festejos as páginas da *Folha* republicana estão empenhadas no combate, após a celebração tal esforço se acentua – dirige-se contra os *ultramontanos* (católicos romanistas mais aguerridos, adversários do liberalismo e do republicanismo) e em especial contra os *jesuítas* (regulares que encarnam, em sua visão, as características mais negativas de seus opositores).

Do outro lado, busca-se, n' *A Palavra* (11/03/1882), convencer os leitores de que toda movimentação (nos impressos e nas ruas) no fundo se trata de uma afronta “irrogada às faces deste país, que, apesar do que meia dúzia de homens sem fé alardeiam, é sobretudo religioso e não pode nem deve consentir que os seus sentimentos e a sua religião, que é a do Estado, sejam menosprezados”. Um pouco mais tarde, apresenta-se n' *A Palavra* (23/04/1882) uma ponderação explícita acerca das intenções desse peculiar retorno ritual ao passado (esforço apenas aceitável se, de modo diametralmente distinto, configurasse um peculiar lamento nostálgico); acusando-se a suposta influência maçônica (manipulando os jovens acadêmicos, afinal inábeis):

que um verdadeiro português, [...] à vista do lastimoso estado atual do país sob os pontos de vista moral, religioso e social, volva um olhar saudoso para o passado de poder, glória e grandeza e anele por que no presente revivam as admiráveis virtudes de outras eras, compreende-se. Porém, não é isso o que se busca, celebrando com estrondo o centenário do marquês de Pombal. Trata-se, sim, de fazer uma manifestação revolucionária e anticatólica; se o não houvesse dito com mais pasmoso desassombro a maçonaria, iniciadora do pensamento, dilo-iam os que se prestaram a ser seus instrumentos. Não peca a maçonaria por falta de sagacidade: viu que a mocidade, inexperiente, entusiasta frequentemente sem saber por quê, amiga de tudo quanto seja divertimento e estragada em parte pela errada educação e em parte pela falta de instrução, era o meio de que precisava e inspirou-lhe a ideia *espontânea* da celebração.

Ainda na consideração sobre como a cidade se dispõe a comemorar o marquês, n' *A Folha Nova* (29-30/05/1882) classificam-se hiperbólicamente os festejos como “uma das mais prodigiosas festas a que pode assistir um homem”, afirmando-se que

nos dias próximos daqueles que estavam marcados para as festas, havia na cidade uma agitação estranha; o que quer que fosse de semelhante a uma grande comoção moral. Nas ruas, nas praças, nas reuniões, nas conversações particulares, não havia outro assunto por onde percorresse o espírito. Todas as atenções, todas as inteligências se orientavam para um ponto único e só a vontade de um país valente pôde ocasionar o prodigioso milagre de uma ressurreição assim. [...] [Contudo,] ao mesmo tempo que a imprensa democrática ia registrando dia a dia os passos que adiantava a celebração; ao mesmo tempo que se levantavam os carros de triunfo, os galhardetes e os festões de flores, o *jesuíta* ia tecendo, nas Associações Católicas, nos covis dos sacristas e nas redações dos periódicos miguelistas [absolutistas] ou jesuítico-

liberais [católicos constitucionais], forjavam-se os artiguinhos idiotas, as caricaturas lorpas, os palavrões brutais da nação fanatizada.

Na *Folha*, percebe-se positivamente tal “agitação estranha”, de teor popular, e se acusa a reação de opositores: absolutistas, católicos constitucionais, ultramontanos... “o *jesuíta*”, enfim. Nota-se, ademais, a ideia de que os impressos contribuem para essa agitação, ao mesmo tempo que a ecoam/amplificam por escrito. Entretanto, da parte oposta também se nota, com valorização distinta, a ideia de um embate a partir dos periódicos. Lê-se n’*A Palavra* (27/04, 08/05/1882): “no campo da imprensa, a favorita e poderosa arma dos nossos adversários, a derrota deles já, por mais que façam, não poderá deixar de ser monumental. Ai ficarão, eles e o seu ídolo, esmagados sob o peso da inflexível verdade histórica”. Além da intensa campanha prévia, o jornal católico reúne vários colaboradores e dedica, no dia da celebração, um número especial às críticas aos festejos e ao “ídolo do liberalismo” – exibindo uma moldura preta, uma grande cruz ao centro e o título: “comemoração fúnebre cem anos depois da morte do sanguinário marquês de Pombal”.

N’*A Folha Nova* (09/05/1882), invertendo-se sinal e foco das violências herdadas, lê-se:

*A Palavra* acompanhou de perto a refrega. A todos os momentos mandava distribuir pelas ruas farrapos de papel insultantes, porque o escândalo vendia-se, conseguindo realizar assim a harmonia de consciência e da bolsa. Aquela folha infamante aparecia crivada de cruces negras, certamente como recordação das forcas miguelistas, das perseguições da igreja em todos os tempos e em todos os lugares por onde passara aquela calamidade horrenda do jesuitismo.

No dia anterior, ademais, vem a lume um suplemento especial crítico-comemorativo, no qual se republica pela segunda vez, n’*A Palavra* (08/05/1882), uma carta enviada duas semanas mais cedo à *Folha* republicana por seu colaborador mais conhecido; carta logo repetida na íntegra pelo opositor católico, que a apresenta a seus leitores como “um documento esmagador, escrito num tom de ironia pungente”, contrariando as expectativas da direção d’*A Folha Nova* (15/04/1882) sobre o convite que lhe havia sido feito para participar da homenagem a Pombal:

a glória de contribuir, na camaradagem de tantos nomes ilustres, com o meu óbolo de entusiasmo mais ou menos postiço, para a celebração de semelhantes festas, não me permite aceitá-la a inveterada aversão que voto ao ministro despótico de um rei covarde e devasso. [...] Já enviei a dois jornais um escrito medianamente hostil a todos os déspotas, sem me declarar monárquico nem republicano. É bem de ver que a responsabilidade do escrito era toda minha, mas os dois jornais, contagiados da febre dos centenários, rejeitaram-no com irrepreensível delicadeza. Abstenho-me, pois e forçadamente, de escrever lisonjas à memória do marquês de Pombal [...]. Provada a autoridade alheia das grandes e incontestáveis providências do seu governo, o que resta de individualismo, não direi *originalidade*, na energia do marquês são as masmorras, os extermínios, os patíbulos e as fogueiras.

Assina o texto Camilo Castelo Branco.

### Camilo, os pombalistas, o Perfil

Em 1884, o resultado de uma enquete apontando Castelo Branco como o “mais notável escritor português” (*O Imparcial*, Coimbra, 25/12/1884) não chega a surpreender. Marcado por imbrólios pessoais e embates públicos, Camilo é célebre por seus escritos: os romances, as colaborações em jornais, as polêmicas em que se empenha (RODRIGUES, 2005).<sup>16</sup> Cerca de dois anos antes, ele escreve o também célebre e polêmico *Perfil do marquês de Pombal*,<sup>17</sup> livro que deve ser encarado como um eloquente posicionamento do romancista no debate de que aqui se vem falando. Castelo Branco afirma, nesse sentido, que seu *Perfil* “não pode agradar a ninguém: nem aos absolutistas, nem aos republicanos, nem aos temperados”. Entretanto, ressalva: “escreveu-se esta obra de convicção, e sem partido; com uma grande serenidade e pachorra”, para logo pôr em questão a imparcialidade anunciada, confessando sentir um “ódio grande, entranhado e único na vida ao marquês de Pombal”.

Antecipando reações críticas de seus principais alvos/opositores (os promotores do centenário, por ele referidos alternadamente como *republicanos*, *democracia*, *centenaristas*, *pombalistas* – sobre quem lança a suspeita de que “repele[m] o meu livro da sua estante de história e não lhe dar[ão] sequer a importância de o ler”), ele afirma, sobranceiro: “se lessem este livro, diriam que não é assim que modernamente se escreve a história. Pode ser, mas a verdade é assim que se escreve: fatos, com os documentos na mão”. Camilo se distancia, portanto, de uma prática de escrita do passado que entende *moderna*. Apresentando-a como característica dos *centenaristas/pombalistas*, ele a acusa de fabulosa, questionando-lhe a validade.

Em contrapartida, é em perspectiva *tradicional* (por oposição) e isenta que ele assenta sua autoridade e sua escrita. Diante dos contendores, diz que sua “posição é excelente, porque lhes bato com a história”; a um discurso dito fabuloso, afirma opor um discurso verdadeiro (e inquestionável) sobre o passado. Ele contrapõe uma história tradicional/verdade à tal história *moderna/fábula*, a que no fundo recusa a categorização como uma forma válida de escrever história. Desqualifica, assim, a narrativa comemorativista, encarada como manipulação, e não como alternativa factual a sua opinião (qualificada): “se os pombalistas nada aprenderam nestas páginas, ensinem-me o que sabem. Avenham-se lá com os fatos; virem-nos do carnaz [avesso], se quiserem; escondam-nos nas dobras das suas teatrais bandeiras”. Contudo, ele entende que dificilmente lhe podem refutar as proposições, dado que

a democracia não gosta de ilaquear as suas teorias abstratas da pequena história, feita das malhas dos argumentos cedidos. Ela tem uma ideia, um simbolismo a que chamou *marquês de Pombal*, adulterando-o

---

<sup>16</sup> Importa notar (de modo não prescritivo) que o autor, a despeito de suas particularidades, é muitas vezes relacionado à 2<sup>a</sup> geração do romantismo no país (o dito *ultrarromantismo*, de viés conservador, que tem como expoente Feliciano de Castilho). É justamente contra tal *geração* que se insurgem os *jovens* que se integram na chamada *geração de 70* – com suas críticas ao *status quo* cultural e político, pautadas nas *ideias novas* já referidas (MACHADO, 1986 [1977]).

<sup>17</sup> Ao longo deste artigo, remete-se, nas citações à obra, ao texto de sua 1<sup>a</sup> edição (1882). Para evitar repetições, contudo, suprimiram-se as referências de ano e página.

até as condições fabulosas do mito. Ora, eu escrevo de um homem a quem chamo déspota. Isso que aí passeou nas ruas foi um Pombal de romance [...]. A realidade dos fatos foi sacrificada a uma bandeira que lhe emprestaram. Puseram esse manequim diante do povo português – o mais rústico povo da Europa.

Um discurso histórico desenvolvido em função de uma ideia vaga, definida de antemão. Essa é sua principal crítica à história *moderna* (de feito republicano-positivista), reforçada pelo importante fato de tal ideia ser, a seu ver, tão eloquente quanto falaciosa – não se baseando, em suma, em documentos/fatos históricos. No entanto, contrapondo-se a essa versão fabulosa, romanceada e adulterada do marquês, ele divulga, a despeito da imparcialidade e da gravidade anunciadas, uma espécie de contramito – em parte semelhante ao discurso de grupos opostos aos *centenaristas*; grupos de que ele, como visto, também se demarca. Como outros críticos da apoteose, portanto, Camilo seleciona, dentre os registros e as narrativas do passado pombalino que investiga, interpreta e mobiliza (carregando na tinta), justamente aquilo que se pode apontar como violento e despótico. Ele acusa, assim, seu caráter antiliberal e antidemocrático e a conseqüente incoerência de ser “a democracia”/os republicanos a lhe elogiar em 1882.

Nota-se como, apesar de mobilizarem a *história* (seu teor verídico e sua alegada justiça) para validar seus argumentos, tanto os apologistas quanto os críticos (ou detratores) de Pombal adotam um processo em muitos sentidos *não histórico*: recortam e isolam certos aspectos conhecidos da administração pombalina e os superlativam, de modo a legitimar os respectivos posicionamentos correntes (esvaziando posições e proposições opostas); subordinam sua apreciação do ministro, portanto, a um juízo parcial e intencionado – daí Camilo afirmar que o marquês “ressurge mais ou menos postigo e contrafeito dos moldes das três escolas políticas regimentares” (os referidos *absolutistas*, *republicanos* e *temperados/liberais*). Importa insistir, no entanto, que a tais versões postigas se deve juntar o próprio retrato/*Perfil* (também parcial e intencionado) que o escritor elabora e divulga como sendo a única representação/imagem verdadeira e desinteressada do marquês.

Neste ponto, importa recordar que, dois anos mais cedo, ao comentar a recém-publicada *História de Portugal* de Oliveira Martins, Castelo Branco (1880) afirma que seu autor

não sacrifica nos documentos inveterados em corpo histórico os fatos sociais. Não se entende, por isso, que ele deixa de conferir uns com os outros. É certo que a demasiada submissão a um plano sistemático, orgânico, pode motivar os desvios da boa crítica. O sistema preconcebido pode subordinar a categorias lógicas os fatos. [...] Não me pareceu, todavia, incurso em preocupações de escola o sr. Oliveira Martins. Denota somenos familiaridade com as crônicas. Mas desse desapego resulta que a sua história tem vida, tem nervos, dá a sensação; ao passo que a história redigida em frente dos velhos exemplares é a exumação da ossada de um sepulcro velho para o sepulcro novo. [...] Em vez de pedestais novos às estátuas cíclicas da história portuguesa, [...] dá-nos ressurreições.

Ou seja, por um lado ele ressalta o risco de concepções influírem demasiado nas leituras sobre o passado (o que, contudo, diz não ser o caso). Por outro, curiosamente enaltece

os efeitos, no texto final, de certo desprendimento em relação à documentação – que atribui, em parte, ao relativo desconhecimento de fontes históricas. De todo modo, mesmo acusando discordâncias pontuais, ele elogia o livro, destacando seu valor:

um crítico disse dessa *História* [...], com o bom propósito de a elogiar, que se lia apazivelmente; como um romance. Isso, se assim fosse, seria a meu ver um demérito. A *História* do sr. Oliveira Martins lê-se devagar, atentamente, porque a cada página se encontram induções, panoramas, lances de vista que obrigam a reflexão.

Respondendo aos comentários de Camilo, Oliveira Martins (1880, p. 11) dele apresenta a imagem de um erudito bibliófilo e professoral, que lhe pontua erros, sugerindo emendas necessárias, e ainda se dispõe a auxiliar na melhora da obra, a partir de seu próprio acervo:

o ilustre romancista, tão sabedor dos casos típicos da nossa história, tão lido nas velhas crônicas e nas revelações dos livros raros ou tidos por sem valor, mais do que ninguém podia avaliar a exatidão com que enumerei os acasos abundantes [...]. Aplaudindo o livro e concordando na maneira de apreciar e colocar os traços dispersos com que era necessário construir os quadros e as figuras, não deixou de notar mais de um erro, mais de um lapso. A pontualidade com que adotei as suas emendas é a melhor prova que eu posso dar do meu cordial agradecimento. [...] Se o leitor tiver a paciência de cotejar os textos da 1<sup>a</sup> e da 2<sup>a</sup> edições, verá, além das emendas, anedotas e traços novos – são os que eu pude colher em obras preciosas e raras que da sua riquíssima livraria me emprestou o sr. Castelo Branco.

Diferentemente do crítico notado no parecer de 1880, tal imagem parece mais condizente com a ideia que Castelo Branco propõe de si e de sua prática de escrita sobre o passado dois anos mais tarde. Ao combater os chamados *centenaristas*, o escritor os acusa de se desviarem da “verdade” – tanto por partirem de uma “ideia ou simbolismo”, adulterando e sacrificando “a realidade dos fatos”, quanto por não se aterem/limitarem aos “fatos, com os documentos na mão” (marca de uma história *tradicional*). Concepção que, no entanto, não necessariamente condiz com aquilo que ele apresenta e elogia alhures, como se nota em seu *Perfil* ou na recensão mais amigável sobre a *História de Portugal* – ainda que Oliveira Martins sugira (nos bastidores) uma crítica e um direcionamento/suporte muito menos desprendidos da tal perspectiva *tradicional*.

Sobre as questões em tela, também é interessante recordar que, ainda em meio ao debate sobre a *História de Portugal*, Alberto Pimentel (1995 [1879]) acusa seu autor de ser “filiação na *moderna escola de historiografia* [...]”; desprende-se, e com razão, das velhas fábulas, das tradições seculares, e crava fundo o escapelo da crítica no cadáver do passado”. Apesar de elogiar seus empenho e inteligência, aponta “defeitos peculiares à escola a que pertence” – pontuando erros e problemas relativos à cronologia. Martins (1880, p. 12-20) responde-lhe: “filiação na *moderna escola de historiografia*, escola provavelmente muito honrosa, mas que, quanto à idade, já existia, excelentíssimo acadêmico, por aí pelos tempos de Suetônio. O sr. Pimentel, ao que parece, é da outra, da *antiga*”. De resto, ele se distingue do positivismo, com sua



“intolerância dogmática [...], contraditória com o espírito positivo da crítica”, dizendo-se “rebelde a todos os papados, incluído o de Comte-Littré”.

Quanto ao rótulo/à acusação de uma *moderna escola de historiografia*, nota-se que, com imprecisão e fluidez, tal alcunha se remete às *ideias novas* que agitam o país no último quartel do século XIX, pondo em questão leituras e perspectivas correntes (MATOS, 1992). No que diz respeito a sua obra, Martins (1880, p. 12-20) recorda que

se levantam contra o livro os ódios rançosos das ilusões velhas e as doutrinas dos *jeune-Portugal*, que vestidas à moderna, com terminações em *ogico* e *ismo*, amalgamando em doses variáveis a teoria das nacionalidades já fora de moda, com o jacobinismo caduco e um positivismo pouco sadio, pretendem dar fundamentos científicos, eruditos, ao patriotismo. Oh, incautos e ingênuos.

De volta ao debate de 1882, pontua-se que, além de cartas reproduzidas em jornais, Camilo escreve missivas privadas sobre tais questões. Postumamente editados, tais documentos informam um pouco mais sobre seus empenho e atitude nas disputas. Ele questiona, indignado, “como é que a canalhocracia festeja o déspota das forcas do Porto e das forcas de Lisboa?!” (*Revista Portuguesa*, dez/1894-mai/1895, p. 114).<sup>18</sup> Em 20 de abril, ele exclama a Antônio José da Silva Pinto de forma irônica: “tenho recebido seis cartas de comissões a pedirem-me artigos para o dia 8 de maio. A que porta batem!” Além de apontar estar “estudando Pombal na hipótese de se juntar à bexiga do centenário o banzé da troça”, afirma logo depois: “creio que não terei editor para o meu livro *O marquês de Pombal*”, já que o conhecido Ernesto Chardron, que costuma editar seus textos, “diz-me que antes quer romances”. Castelo Branco (cujo livro afinal não é por ele editado) atribui tal recusa ao fato de Chardron, como grande parte dos escritores, editores e redatores, estar “gafado do tifo pombalino” (PINTO, 1895, p. 41-42).<sup>19</sup>

Ainda antes, Camilo propõe ao interlocutor, demarcando-se de uma acusada tendência no país: “protestemos contra essas sandices centenárias que se estão granjeando uma certa imortalidade à sombra de Luís de Camões” (PINTO, 1895, p. 41-42).<sup>20</sup> Além disso, na semana seguinte aos festejos, em 12 de maio, escreve-lhe, jocoso: “divertiu-se com o centenário? Eu estou alinhavando o *Perfil do marquês de Pombal* – uma coisa com que o povo se divirta” (MARTA, 1918, p. 204).<sup>21</sup> Em 25 de maio, o romancista informa Antônio Francisco Barata, conservador da biblioteca de Évora, sobre a obra em elaboração e lhe pede auxílio em uma parte específica da pesquisa. Algum tempo mais tarde, diz: “recebi o traslado, falta-me receber a nota das despesas feitas [...]; diga-me quanto devo enviar para remunerar o grande trabalho de copista”. Ao publicar tais cartas, Manuel Augusto Cardoso Marta comenta: “como se vê, Camilo,

---

<sup>18</sup> Publicada sem destinatário ou data. As forcas referidas se remetem ao punitivismo do pombalismo nos casos dos Motins do Porto (1757) e dos distúrbios após o terremoto de 1755. *Canalhocracia* – forma depreciativa para democracia (substituindo o radical *demos* por *canalha*).

<sup>19</sup> A carta é datada, no volume, de 20/04/1880. Mas o ano está errado.

<sup>20</sup> A carta também é datada, no volume, de 20/04/1880. Os festejos camonianos ocorrem em 10/06/1880. A data pode estar certa ou errada. Não deixa, contudo, de ser eloquente.

<sup>21</sup> Publicada no volume editado por Marta, a carta se dirige a Silva Pinto.

empenhado em poucar, direi mesmo demolir, a figura histórica de Pombal, pedia, a toda a gente, materiais que lhe facilitassem a tarefa” (MARTA, 1918, p. 80-82).

Ademais, em correspondência que indicia tanto seu empenho quanto a consciência das polémicas que suscita, ele afirma a Joaquim de Araújo, em 29 de maio, estar bastante atarefado em meio à “papitada do *Perfil do marquês de Pombal*, que está quase alinhavado”. Passados quatro dias, escreve que “a tarefa de escrever o *Perfil...* em 20 dias deixou-me o cérebro em lama”. Mais tarde, diante da apreciação crítica a sua obra, Camilo lhe diz: “a maioria dos leitores do *Perfil* concorda com o meu amigo em achar injusto o livro. Como alguns, à imitação de V., tencionam refutá-lo, direi depois da minha justiça” (MARTA, 1918, p. 118-119).

O escritor, portanto, dedica-se intensamente à obra, em cuja elaboração trabalha desde antes dos festejos – compartilhando com amigos a ideia, o esforço e as dificuldades. Ele no fundo se satisfaz por contrariar o que entende ser a expectativa geral em relação a seu posicionamento – seja por sua colaboração intensa com a imprensa, seja pelo anticlericalismo de feição antijesuítica que caracteriza o liberalismo luso (que reclama uma *herança pombalina*), seja por sua conhecida incompatibilidade com o catolicismo ultramontano, alvo de muitas de suas críticas (e que lhe volta graves censuras). Para Castelo Branco, aliás, se os grupos católicos são os únicos que poderiam apreciar seu livro, eles, contudo, rejeitam-no

porque eu não participo do seu ódio religioso (não direi cristão) ao inimigo do jesuíta como padre. O meu ódio [...] não procede de afeto ao padre nem do desagravo da religião; é por amor ao homem. A *religião da dogmática infalibilidade do papa* que decretou a extinção da Companhia de Jesus não merece que a gente se esfalfe e indisponha por conta dela, nem tem um sério direito a queixar-se do marquês de Pombal, cujas pretensões, penso eu, não chegaram até a infalibilidade.

Em testemunho eloquente, José Ernesto de Sousa Caldas (s/d, p. 84-86), jornalista filorrepublicano, apresenta um rico panorama do periodismo no Porto em 1882. Sua perspectiva condiz com a ideia do romancista acerca de uma generalização do “tifo pombalino”. Ele recorda:

tinham-se lembrado os estudantes e os dirigentes mais ativos do bando republicano, que então tinha como seu órgão valioso *A Folha Nova*, de fazer celebrar por uma forma ruidosa, imponente, a data do centenário da morte do marquês de Pombal. O intuito remoto desse alarido era muito menos o de glorificar o nome de Sebastião José de Carvalho do que sair de rosto aos representantes do grupo clerical no bairro da Sé e mais particularmente à patrulha jesuítica [...]. A investida com um semelhante gênero de adversários constituía um ato não só de profilaxia, mas de inteira e absoluta justiça. O orago escolhido, porém, [...] revestia o caráter de um autêntico e verdadeiro despropósito.

Ou seja, diferentemente de Camilo, o jornalista concorda com o antijesuitismo que marca parte considerável da sociedade e da política coetâneas – de que a feição assumida pelo centenário é um sintoma. Caldas (s/d, p. 84-86) discorda, contudo, da figura homenageada:

que os republicanos, em luta aberta com os bandos negros de Loyola, se lembrassem de festejar com aplauso qualquer das datas sempre memoráveis de 28 de junho [extinção do ensino jesuítico] e 3 de

setembro [expulsão dos jesuítas] de 1759, ou ainda a de 9 de setembro de 1773, em que Portugal aceita a bula de Clemente XIV [...] que extingue a Companhia de Jesus em todo o orbe católico, vá; compreendia-se. Se era com os jesuítas o ajuste de contas, essa rememoração histórica diria tudo. Mas Pombal! Tal como sucede no convívio da sociedade, todos nós temos na história as nossas amizades e as nossas antipatias [...]. Impusera-se-me sempre a figura odiosa do marquês de Pombal.

É interessante notar, ainda, como ele reflete acerca da melhor forma de se posicionar:

como associar-me aos festejos com que a incompleta e viciada educação literária de alguns moços, no tresvário da sua campanha contra os jesuítas, se lembrou de celebrar, no Porto, a memória do conspurcado ladrão [...] [que tinha ensopadas] as mãos no sangue dos que o ameaçavam de cotar-lhe o passo? Isso não! Mas o *Porto estava ardendo em pombalismo e não era fácil empresa surgir-lhe ao caminho com vozes que encontrassem o seu fervor inconsciente. Era perigoso. Quem se atrevesse a tocar-lhe no ídolo corria o grave risco de ser lapidado na praça como agente, fautor, ou o que quisessem que fosse, da Companhia de Jesus* (CALDAS, S/d, p. 84-86. Grifos meus).

Após remeter a Camilo um artigo saído de sua pena, crítico ao centenário, Caldas dele recebe uma carta elogiosa, destacando que, se por grande engenho e erudição o colega consegue “evitar que lhe chamassem jesuíta” (acusação a que está sujeito quem não se demonstra antijesuíta aguerrido), ele próprio, devido a seus posicionamentos contrários ao afã pombalino, é chamado de “jesuíta e burro”. Como visto, contudo, o jornalista critica a apoteose de Pombal, mas concorda com as pautas dos estudantes. De todo modo, Castelo Branco, que de fato não adere de todo às críticas aos jesuítas, adverte-lhe: “estou garantando um livro que há de chamar-se *Perfil...* Vá armazenando piedade no seu coração para a empregar toda em mim; quando o livro romper os diques [...] com as minhas caturrices” (CALDAS, s/d, p. 98-99).

Um quarto de século após o centenário, o padre Antônio Augusto de Almeida Silvano (1906, prólogo), um polemista ultramontano, revisita algumas obras sobre Pombal, expondo “incoerências, anacronismos, contradições e juízos apaixonados”, de modo a “dissipar as nuvens que encobriam o verdadeiro vulto do marquês e expô-lo aos olhos da multidão para que o contemple tal qual é, e não qual lho têm apresentado os retratistas de tintas falsificadas”. Em que pese escrever quando “as paixões parecem mais calmas”, o autor confirma o fatalismo de que pensa escapar: “é condão de Pombal: como foi a encarnação do ódio e do despotismo, tanto que o seu nome se mescla em nossas discussões políticas ou literárias, logo rebenta a discórdia”.

Entre os autores que convoca a se apresentarem “perante o tribunal da crítica”, consta Camilo – “prodigioso escritor, glória da literatura nacional, em que ocupa o primeiro lugar entre os romancistas”. Se ele “pasma pela sua versatilidade de opiniões, maldizendo hoje o que ontem exaltou”, o padre ressalva: “num ponto, porém, foi constante: no desamor ao despotismo de Pombal, a quem jamais queimou sequer um grão de incenso. Para ele, nunca algumas medidas úteis do famoso ministro foram bastantes a lhe [...] atenuar as negras manchas de tão feroz e

tirânico ditador” (SILVANO, 1906, prólogo). O que aqui se pode remeter ao “ódio, grande, entranhado e único na vida, ao marquês de Pombal” que Camilo indica em 1882.

Almeida Silvano recupera, como bom exemplo confirmador, duas publicações anteriores ao *Perfil* em que o romancista critica Pombal por suas arbitrariedade e violência em relação aos jesuítas: um artigo (1852) e um prefácio (1875). Além de certa continuidade de temática, percebe-se nos três textos a tentativa de mobilizar uma suposta verdade histórica, em face de também supostas mentiras difundidas no *senso comum* histórico, que atribui à influência persistente da leitura pombalina da história, atualizada no liberalismo – que se afirma *herdeiro* (com intensidade variável desde o início do regime) de medidas antiultramontanas e anticlericais de Pombal. Nesse ponto (recuperado e reelaborado pelos republicanos de tendência positivista – e pauta laicista), Camilo se distingue de como seus contemporâneos liberais lidam com o passado.<sup>22</sup>

No artigo, um Castelo Branco (1916 [1852], cap. XXX) moço escreve, referindo-se a um tipo diferente de julgamento crítico (que se vincula à tal forma *tradicional* de escrever história):

D. José e o marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas são homens e acontecimentos de ontem que já hoje *respondem no tribunal da crítica, em que o juiz incorruptível, a verdade, condena com documentos insubornáveis*. As iras tempestuosas desse mar de sangue, em que os “amigos” da humanidade desejam ver o naufrágio da Companhia de Jesus, aí vêm partir-se no rochedo da história, que, inabalável de fatos irrespondíveis, arremessa pra longe, como o dedo de Deus, as cediças invectivas de caluniadores ignaros. *A palavra “jesuíta” estremecia os nervos dessa multidão de superficiais, que desgraçadamente são sempre os primeiros a sentar-se nos ágapes da ciência*. Ao passo que motejavam as superstições, alimentadas pela ignorância dos imbecis, davam de si um triste documento de cega credulidade no *ipse dixit* do Seabra e de muitos outros Seabras inspirados pelo célebre senhor de Oeiras. *A Dedução Cronológica*, lida com ansiedade por nossos pais, foi-nos transmitida como “cordão sanitário contra a peste jesuítica”.<sup>23</sup> (Grifos meus)

Importante documento pombalino, a *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768) foi publicada sob a autoria de José Seabra da Silva (e creditada ao marquês). Bastante divulgada, serviu de esquema modelar para outros textos do pombalismo. Fez-se paradigmática, ademais, por apresentar uma releitura da história de Portugal tendo como princípio norteador a acusação e supostas “provas” de que cabia aos jesuítas a responsabilidade por todos os desvios e por todas as calamidades que se abateram sobre o país, justificando o antijesuitismo característico das políticas do marquês (ALVIM, 2010).

---

<sup>22</sup> Em sua argumentação, conta sobretudo a simpatia pelos jesuítas. Afinal, ele não se distingue, no fundo, do antiultramontanismo, haja vista suas críticas à “religião da dogmática infalibilidade do papa”. Sobre a posição do escritor em relação aos jesuítas, ver: SIMÕES, 1983; 1993.

<sup>23</sup> A expressão entre aspas, Camilo atribui a um coetâneo, sem nomeá-lo. Trata-se de “A guarda avançada do cordão sanitário contra a peste jesuítica” (1846), de Joaquim de Santa Clara.

Para Borges de Macedo (1982b, p. 10, 25), a *Dedução* se vincula e expressa “uma nova forma de escrever a história de Portugal”, iniciada em meio ao espírito de controvérsia que caracteriza o governo pombalino, apresentando

não um relato dos acontecimentos, mas o enunciado de uma responsabilização permanente de instituições que actuam dentro de uma lógica que as torna antecipadamente louvadas ou culpadas. [...] Apresenta os sucessos e as dificuldades da história portuguesa em função de um motor permanente de repressão e outro de estímulo, numa espécie de evolução com culpados e heróis enunciados em função tanto das posições ideológicas como das exigências imediatas da estratégia política.

Nessa história-tribunal, “os jesuítas tornavam-se o bode expiatório de todos os males, os culpados da fraqueza do Estado. A sua resistência explicava todos os atrasos”. Mais tarde, Camilo retoma no *Perfil* a problematização do antijesuitismo que caracteriza o liberalismo (e o *senso comum* histórico) e o republicanismo (e a influência positivista), afirmando que “a palavra sintética *jesuíta* e o símbolo da *queda da teocracia*,<sup>24</sup> individualizado no marquês de Pombal, são o vitalismo das três gerações que se têm sucedido nas avançadas militantes da liberdade”.

Ao comentar as apreciações a sua *História de Portugal*, Oliveira Martins (1880, p. 11) nota que “nem tudo foi, porém, aplauso no parecer do sr. Castelo Branco”. Ele ressalta que o romancista “não pôde esconder um certo fraco pelos jesuítas” e no fundo deixa em aberto suas discordâncias. Para Camilo Castelo Branco (1880), trata-se de divergências de “sentimentos” em relação à apreciação de alguns fatos, em que se destaca justamente

a questão dos jesuítas, a quem o historiador consagra um sincero desamor. Parece que abusa um tanto das espáduas deles, sobrepondo-lhes grande carga das fatalidades do reino desde o reinado de D. João III. [...] As iras de Pombal, postas na corrente da tradição, conservam ainda o calor que uma crítica em demasia transigente pretende sustentar na admiração pelo figadal inimigo da Companhia de Jesus.

No entanto, o romancista parece suavizar tais discordâncias, dado que “a luz a que ele os oferece tem excelências de uma convicção guiada por um grande talento”. Assevera, nesse sentido: “não pretendo irrogar censura ao sr. Oliveira Martins, nem o impugno, mas não convenho na equidade da acusação. Todos temos, nos nossos panoramas históricos, ilusões de perspectiva”.

Quanto a sua estratégia no embate em 1882, Camilo, bem menos tolerante em relação a divergências historiográficas e a ilusões afins, afirma: “este livro poderia ter aparecido antes dos festejos de 7 de maio [data do cortejo cívico no Porto]. Seria então um protesto contra o entusiasmo dos propugnadores do marquês de Pombal”. No entanto, diz se abster “dessa aspiração vangloriosa que teria uns ares desvanecidos de querer atuar sobre convicções

---

<sup>24</sup> Camilo mobiliza criticamente a expressão empregada por positivistas, que se remete às políticas de teor anticlerical nos três tempos em tela, reclamadas em sentido comemorativo e prescritivo: 1759, 1834, 1882.

radicadas [...]. Seria, sobre infrutífera, ridícula a empresa”. Afinal, pondera o romancista – comparando seu esforço de mobilização do passado pombalino ao de seus opositores –,

não se desfazem com os livros as persuasões que se fizeram com *locais* de jornais baratos [...]. A porção do povo que não aprende nada em livros achou nos clubes a educação do discurso amoldado à sua capacidade, à sua dócil ignorância e à sua congênita necessidade de revolucionar-se com palmas e gritos [...]. Crenças assim radicadas e cáusticas não se acalma com cataplasmas de livros. São umas pletores que às vezes desgraçadamente se aliviam com sangrias enormes nas chamadas batalhas sociais.

Tragédia que, contudo, deveria fazer rir o cáustico Pombal que, entre passado, presente e futuro, ele imagina, ao vaticinar sarcasticamente: “se essa hora nefasta chegar, as mandíbulas do marquês hão de escancarar uma risada mefistofélica no seu sarcófago”.

A referência aos clubes é interessante. “Continuador de uma tradição iluminista, o republicanismo teve nos clubes ou centros os seus primeiros núcleos organizativos, os quais só lentamente evoluíram para formas mais próximas de uma organização partidária” (CATROGA, 2010 [1991], p. 18-20). Se a clandestinidade pura que marcou seus primórdios aos poucos perdeu sentido, os republicanos se mantêm reunidos em torno de associações que, formalmente proibidas de ostentar fins políticos, desenvolvem atividades híbridas – de fundo cultural, instrutivo, recreativo e de auxílio mútuo. Outra empresa a que dedicam esforços, desenvolvendo temáticas de teor histórico, político e cultural, é o jornalismo – justamente devido a seu grande potencial de divulgação e de instrução (RIBEIRO, 2010).

No início da década de 1880, os republicanos ganham maior visibilidade por conta de seu engajamento em campanhas como as comemorações camoniana e pombalina e em muitos protestos de teor popular e nacionalista. Nos centenários (em que não só o republicanismo toma parte), busca-se mobilizar a população por meio de palestras, publicações explicativas e cerimônias festivas relacionadas a *grandes homens* defuntos; heróis de um passado tido por glorioso, contrastante com a realidade de acusada decadência. Não se trata, insiste-se, de iniciativas inteiramente republicanas e positivistas – e nem todos os republicanos as apoiam ou delas participam ativamente. Contudo, tanto as resistências oficiais a sua realização quanto a mobilização da opinião pública (em torno de pautas que no fundo acusam o estado precário do país como consequência da política monárquica) dão sentido e força às leituras prognósticas do advento da República como uma espécie de *messianismo social* (CATROGA, 2010 [1991]).

No que diz respeito ao republicanismo, a seus clubes e às homenagens a *grandes homens* do passado em seu seio promovidas, é interessante o olhar atento, crítico e irônico de Eça de Queirós (2015 [1878/1925]), que narra uma imaginada cerimônia de fundação de uma agremiação republicana, em que um personagem se propõe a solenemente “ler algumas páginas que pusessem diante do espírito de todos as fases que tem atravessado a liberdade”. Entretanto, ninguém consegue prestar atenção, dado que ele (como rege o modelo do discurso) retrocede demasiado em busca das origens da democracia e da liberdade. Ao final de sua leitura, ele ainda

propõe “pendurar nas paredes do clube os retratos de todos os mártires da liberdade, desde os tempos mitológicos”, sendo-lhe, objetado, no entanto, que

a ideia é nobre, mas além de que não há lugar para conter nestas paredes todos os mártires da liberdade, é difícil obter o retrato da maior parte – a não ser desenhos de fantasia que, por falsos, tenderiam a produzir a indiferença, em lugar de inspirar a veneração. Além disso, os mártires são inumeráveis, e as paredes são só quatro.<sup>25</sup>

O trecho pode ser relacionado, aqui, à crítica que Camilo elabora, e também à crítica que se deve dirigir a sua obra, pensando os limites desses *retratos* “de fantasia”. Quanto ao *Perfil* que ele mesmo pinta, Castelo Branco pondera: “saiu-me assim o escorço [representação gráfica reduzida, respeitando proporções originais] do homem fenomenal”. Contornando a própria limitação de seu trabalho, contudo (ou lhe antecipando críticas), ele assevera, novamente recorrendo a sua autoridade no manejo de fontes do passado (que lhe vale como justificativa): “se está mal esboçado, se mal colorido, as tintas colhi-as na paleta da história”. Ademais, pode-se relacionar aquilo que o romancista apresenta no *Perfil* às particularidades dos retratos *em perfil*; desenhos/pinturas que mostram apenas uma face selecionada do sujeito representado; ocultando ao observador pressuposto, portanto, a outra metade do retratado – que permanece, na imagem fabricada (após um recorte particular idealizado pelo artista), incompleto/parcial. Entende-se, pois, que “essa *distância* entre observado e observador será usada e maximizada por Camilo na elaboração desse *perfil*” negativo de Pombal (RITA, 2015 [2004], s/p).

Em suas censuras às parciais dos *pombalistas*, entretanto, Castelo Branco, além de falar em um marquês adulterado “até as condições fabulosas do mito” e de acusar que “isso que aí passeou nas ruas foi um Pombal de romance”, refere-se a “Pombais carnavalescos”, descaracterizados e corrompidos pelos jovens *centenaristas*, que

necessitam é [da] mais larga compreensão da justiça, que só se adquire com esforçado trabalho de anos, menos palavrorio de clubes e mais canseira de estudo reflexivo. Quanto aos velhos que se incorporaram na festa pombalina dos acadêmicos [...], eram a porção do espetáculo que representava a antiguidade da tolice em todas as *ideias novas*.

No que diz respeito à suposta descrença de Camilo em relação às notas “locais de jornais baratos”, recorda-se que os periódicos se afirmam, na altura, fundamentais para informação, instrução e formação de opinião – e o próprio Castelo Branco, mesmo com os inúmeros livros que publica e vende (o que o destaca no conjunto dos escritores coetâneos), deles muito se vale. A imprensa, forma de “comunicação fluida, geral e regular, que ultrapassou os particularismos e contingências da comunicação direta, interpessoal”, relaciona-se à ampliação dos espaços de discussão pública e das formas de alargamento da participação política que caracterizam o liberalismo oitocentista, além de ser relevante para mobilizar a população. Os “jornais passam a

---

<sup>25</sup> Trata-se de *A Capital*, cuja versão manuscrita Eça avança em 1878, mas não publica (ROSA, 1963). A edição que se conhece é fruto de retomada e alterações de seu filho, em 1925.

ser no século XIX uma condição estrutural do funcionamento” da sociedade, sintonizando a periodicidade da comunicação escrita com novos ritmos sociais (TENGARRINHA, 2006).

No Portugal de Oitocentos, portanto, “quem escrevia não se podia dispensar de o fazer nos jornais. O mundo dos livros era apenas um anexo do mundo da imprensa, que era quem dava os pés ao império dos escritores. Para o escritor, a imprensa será, em primeiro lugar, a possibilidade de viver da pena”. Quanto aos indivíduos que trabalham redações, em muitos casos seus esforços não se dirigem a “apenas noticiar fatos ou opiniões individuais, mas sobretudo [a] estabelecer a boa opinião, aquela que correspondesse ao ‘espírito do século’. A isso se chamava o ‘apostolado’ da imprensa”, em que se empenhavam escritores de diferentes espectros (RAMOS, 2001 [1998], p. 53, 56). Entende-se, pois, porque Caldas (s/d, p. 86), após expressar as razões de suas discordâncias em relação aos *centenaristas*, justifica sua decisão por um caminho diferente daquele de Camilo:

qual, no aperto dessa conjuntura, cumpria que fosse a minha conduta? Incorporar-me no séquito para, em hora tão mal cabida, não exteriorizar a minha aversão ao marquês? Jamais! Calar-me? Isso ainda era mais vil. Sair de rosto aos rapazes, cujos brados àquela hora toda a imprensa local aplaudia, arguindo-os no ilogismo daquela manifestação? Todavia o perigo desse passo não me embaraçava [...]. Escrevi então o meu artigo, um longo artigo, muito pensado, muito calculado, em que me mostrava profundamente hostil ao patrono da função.

Publicado n’*A Atualidade* em 7 de maio, o texto é remetido pelo autor ao romancista. Em sua resposta, Castelo Branco (1883, p. 06) afirma já conhecer o artigo (que elogia), que lhe havia sido mostrado por um amigo. Mais tarde, ainda escreve: “com referência ao centenário, conheço dois eminentes trabalhos: as *Farpas* do sr. Ramalho Ortigão e um artigo do sr. J[osé] C[aldas]”. Ambos se afirmam jornalistas críticos aos festejos, recusando-se a comemorar a figura de um déspota – ainda que, simpáticos aos ideais e às pautas liberais e republicanos, oponham-se aos jesuítas (diferentemente de Camilo, que sustenta suas parcialidades particulares). No referido texto, Caldas (s/d, p. 90-98) reforça a seus pares nas redações, como alegado contraponto, o valor de uma consideração e de uma representação ajustadas (não manipuladas) do passado: “operários humildes da publicidade, temos como um dever sacratíssimo não desvirtuar a história nem ao preço de solver agravos com instituições antipáticas ao grandioso sentir moderno”.

Ainda em 1882, também vêm a lume *Modestos reparos* à obra de Castelo Branco; um livro com que o jovem Agostinho Duarte Pinheiro e Silva (1882, p. 06-09) propõe-se a “consignar o meu humilde voto numa questão em que vejo divididos os pareceres e que me parece ser de algum interesse para a verdade histórica”. Aludindo à perceptível divisão extremada entre pombalistas e antipombalistas, ele entende, não sem razão, que

os dois fatos capitais que [...] caracterizam genericamente o governo do marquês de Pombal são o suplício dos Távoras e a expulsão dos jesuítas [...]; balizas para estremarem os campos dos que se pronunciaram a favor ou contra o centenário. Uns e outros parece que não viram no onipotente ministro de D. José I senão o perseguidor implacável da sociedade de Jesus e o vigoroso mantenedor dos direitos do Estado e



da nação sobre os privilégios e usurpações da fidalguia solarenga. Uns e outros deram, pelo menos na aparência, ao seu ódio ou ao seu entusiasmo a mesma base histórica.

À partida lisonjeiro acerca de Camilo, Pinheiro e Silva (1882, p. 08-10) alega expectativas de que seu *Perfil*, anunciado no auge de disputas extremadas que limitam o debate, justificasse seu posicionamento quanto às anunciadas discordâncias em relação ao centenário:

entendi eu que o fecundo escritor, cuja autoridade literária respeito há muitos anos e que reúne a um grande talento uma notável paciência de investigação, não podendo aceitar a opinião vulgar sobre o merecimento político de Pombal, se propunha escrever, não só uma refutação dos erros grosseiros que andam em crédito a respeito do marquês e da sua época, mas uma verdadeira página de história crítica e filosófica [...]. Esperei pela publicação do livro como um verdadeiro serviço nacional. Como se sabe, os livros do sr. Camilo Castelo Branco, pela particular elegância da sua forma, são os que têm, em Portugal, maior número de leitores e sobretudo nas classes onde precisamente existem mais difundidos os erros que convinha corrigir. Que tão notável autorizado escritor viesse simplesmente alistar-se numa das duas falanges hostis não podia persuadir-me. Não me era lícito supor-lhe simpatia por algumas delas.

Após tamanho reconhecimento (que gera expectativa), vêm os nada *Modestos reparos*:

resignou o papel de juiz no processo, para o qual lhe sobejavam a autoridade e os conhecimentos, para se limitar ao ingrato papel de agente do ministério público. Deu-se ao trabalho de compulsar os autos, somente no intuito de respigar com a sua habitual paciência de investigador, todos os fatos que pudessem aproveitar à acusação. O seu livro figura-se-me antes um libelo acrimonioso do que um protesto fundamentado.

Ele critica frontalmente a abordagem de Castelo Branco, denunciando sua parcialidade em termos parecidos com aqueles com que o romancista acusa os *centenaristas*. Não lhe negando os méritos de investigador, a seriedade e a capacidade que lhe permitiriam bem desempenhar o papel de *juiz* (imparcial e justo), Pinheiro e Silva (1882, p. 32) não lhe reconhece o necessário equilíbrio desapassionado, acusando-o, assim, de desenvolver uma argumentação antipombalina nada desinteressada. Denuncia que o *Perfil* se deve, no fundo, ao “resto de mau humor que lhe deixaram as festas do centenário” – revelando-se um limitado libelo reativo.

Quanto a seu posicionamento, Pinheiro e Silva (1882, p. 13-14), afirmando (como quase todos que se manifestam no debate) uma peculiar *imparcialidade*, escreve: “declaro solenemente que não reivindico para mim o papel de defensor oficioso” do marquês – em oposição à função acusatória metafórica desempenhada por Camilo. Ressalva, contudo, que “não devo ocultar que simpatizo mediocrementemente com o vulto histórico do grande ministro” (diferente do “ódio grande, entranhado e único na vida” manifestado por Castelo Branco). Entretanto, ele se opõe, quase ponto a ponto, aos argumentos expostos no *Perfil*. Valendo-se de uma lógica relativizante e teleológica, parecida com a dos *centenaristas/pombalistas* (de quem, aproximando-se em termos, também se afasta), explica o saldo positivo percebido no histórico pombalino:

apesar de ter tomado uma pequenina parte nas festas do centenário, nunca pertenci, e também não quero matricular-me agora, nas fileiras dos entusiastas ou dos detratores do marquês [...]. Abomino todos os despotismos, embora não recuse o humilde tributo da minha admiração àqueles que, em dados momentos históricos, têm assombrado o mundo pelo fulgor do seu heroísmo e sobretudo lhe não negue a influência que podem ter exercido sobre a evolução social. Posso admirá-los como heróis ou como estadistas, sem lhes conceder a minha estima como cidadãos. [...] Conheço que foi duro, cruel, sanguinário, deploro os seus erros, detesto algumas feições do seu caráter administrativo, mas, admirando a sua elevada estatura de reformador e de homem de Estado, não posso deixar, como português, de notar com agradecimento os serviços que prestou à pátria, aguentando-a com pulso vigoroso no descambar para o fundo do abismo que lhe tinham cavado uma sucessão fatalíssima de desastres e três gerações de governantes imbecis, perdulários e corrompidos. Admito que tivesse fraquezas e vícios, que cometesse atrocidades e erros, mas, balanceando o bem e o mal, a memória do marquês de Pombal encontra ainda, perante a minha pobre crítica, um valioso saldo favorável. Creio que deva ser este o ponto da questão em litígio.

Se os *reparos* de Pinheiro e Silva (tão *imparcial* quanto outras tantas obras, acusadas de *parciais*) não recebem resposta, Camilo não poupa esforços e páginas para, algum tempo depois, rebater outro contendente – na polémica conhecida como *questão da sebenta*. Em pauta, uma apostila de resumo e notas de teor acadêmico (“papel litografado; lição extratada por estudante, a que em Coimbra se dá a designação de *sebenta*”), que remete às aulas de um lente da Universidade e em cujas páginas o romancista percebe uma “referência, que julgou que lhe era endereçada e a considerou ofensiva”, iniciando por lhe enviar uma carta. Sem resposta, lança-se à publicação de uma série de folhetos. Entre as réplicas impressas, destaca-se o empenho de um estuante<sup>26</sup> (ARANHA, 1908, p. 172-173). Tal polémica, que escapa aos limites deste artigo, indicia os ecos as leituras do centenário e do *Perfil*; as disputas em torno do passado *pombalino* na altura.

### Considerações finais

Retomar a obra de Camilo em meio a outros impressos coetâneos acerca dos festejos de 1882 possibilita refletir sobre diferentes leituras, escritas e usos desse passado dito *pombalino*. Mais que divergências políticas ou diferentes apreciações sobre o histórico e a presença da Companhia de Jesus em Portugal, entre o escritor e os *centenaristas* há diferenças na forma de encarar o passado, de elaborar discursos sobre a história e de compreendê-la. Camilo, vasculhando documentos, empenhando sua autoridade como alegado produtor de uma verdade verificável e carregando na dramaticidade de seu texto, esforça-se por apontar e acentuar aspectos negativos que impossibilitam tomar Pombal como um exemplo a ser seguido.

---

<sup>26</sup> O professor, Avelino César Calisto. O estudante, José Maria Rodrigues. Com o título de *Questão da Sebenta*, forma-se uma coleção de nove opúsculos.

De sua parte, os promotores do centenário se propõem a, a partir de seu presente e com os olhos postos em um futuro que entendem poder prever (pela verdade *positiva* que informa e enforma a síntese que mobilizam), fazer uma releitura do passado pombalino – expressa em textos, conferências, debates, cortejos e outros meios de manifestação pública. Julgam-no (e julgam assim *fazer-lhe justiça*) a partir de seus ideais positivistas e republicanos, e, sem desconsiderar os aspectos negativos (que os documentos, que também conhecem e mobilizam como *provas*, não permitem negar), justificam suas ações mais questionáveis/incômodas em função do alegado *papel histórico* por ele desempenhado a sua época; uma *etapa* específica do *percurso* do país no *sentido do progresso*. *Julgando* teleologicamente Pombal e exaltando sua *contribuição* à suposta *evolução* pátria, não o apontam, contudo, como um exemplo a ser imitado – como sugerem as acusações de Camilo. Pela via do elogio ao marquês, eles emitem juízos mais ou menos indiretos sobre os políticos coetâneos, percebidos como retrógrados e incapazes de, como teria feito Pombal em sua época (a despeito das adversidades que justificariam suas medidas despóticas e violentas), desempenhar o papel que lhes é devido no presente.

Valendo-se da própria perspectiva dos *centenaristas* (que não desconhece), Castelo Branco ainda apresenta, às avessas, uma previsão à *moda* positivista (artifício para potenciar sua crítica). Concluem-se estas reflexões, assim, com sua curiosa descrição do (hipotético) futuro bicentenário do marquês. Novamente reprovando a ideia dos “centenários e [d]a estéril inaniidade das nossas solicitações ruidosas ao Futuro”, ele escreve, irônico e assertivo:

se os ultraliberais de 1882 estão com o marquês de Pombal, quem nos afirma que as confederações republicanas e ateístas de 1982 [uma previsão positivista] não hão de estar com os jesuítas? As situações parecem-me equivalentes nas paralelas do absurdo.

## Referências

### Periódicos

- A Folha Nova*, Porto, 15,27/04; 08,29,30/05/1882.  
*O Imparcial*, Coimbra, 25/12/1884  
*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, jul./1817  
*A Palavra*, Porto, 11/03; 23/04; 08,09,10/05/1882.  
*Revista Portugueza*, Porto/Lisboa, v. 1, dez/1894-mai/1895.

### Fontes e bibliografia

- ABREU, L. M. *Ensaio anticlericais*. Lisboa: Roma, 2004.  
ALVIM, G. M. *Linguagens do poder no Portugal setecentista: um estudo a partir da Dedução Cronológica e Analítica*. Dissertação de Mestrado (História). Niterói: PPGH-UFF, 2010.  
ARANHA, B. *Diccionario bibliográfico portuguez...* t. XXII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.  
AZEVEDO, J. L. *O marquês de Pombal e a sua época*. Porto: Clássica, 1990 [1909].  
BONIFÁCIO, M. F. *A Monarquia constitucional, 1807-1910*. Amadora: Leya, 2010.  
BOURDÉ, G. & MARTIN, H. *As escolas históricas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018 [1 ed. em francês 1983].  
CABRAL, A. *Notas oitocentistas I*. Lousã: Plátano, 1973.  
CALDAS, J. *Vinte cartas de Camilo Castelo Branco*. Porto: Companhia Portuguesa, s/d.  
CARVALHO, M. A. *A Academia de Coimbra (1880-1926): contributo para a sua história*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.  
CASTELO BRANCO, C. *Bibliographia portuguesa e estrangeira*, nº 1, II ano, 1880.  
\_\_\_\_\_. *Horas de Paz*. Lisboa: 1916 [1852].  
\_\_\_\_\_. *Notas ao folheto do dr. Avelino Cesar Callisto*. Porto: Chardron, 1883.  
\_\_\_\_\_. *Perfil do marquês de Pombal*. Porto/Rio de Janeiro: Clavel & Cia./L. Couto & Cia. 1882.  
CASTRO, Z. O. “Sob o signo da unidade. Regalismo vs. Jesuitismo”. *Brotéria*, v. 169, 2009.  
CATROGA, F. “Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social”. *Revista de História das Ideias*, v. 1, 1977.  
\_\_\_\_\_. “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”. *Análise Social*, n. 100, 1988.  
\_\_\_\_\_. “O livre-pensamento contra a Igreja: a evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)”. *Revista de História das Ideias*, v. 22, 2001.  
\_\_\_\_\_. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. Lisboa: Casa das Letras, 2010 [1991].  
\_\_\_\_\_. “Republicanismos”. *Biblios*, n. s. VIII, 2010.  
\_\_\_\_\_. “Ritualizações da História”, In: CATROGA, F. TORRAL, L. R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998 [1996].  
CATROGA, F. TORRAL, L. R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998 [1996].  
[COMISSÃO] *Centenario do marquez de Pombal*. [Programa] Lisboa: Tipografia Universal, 1882.  
DIAS, J. S. S. “Pombalismo e teoria política”; “Pombalismo e projecto político”. *Cultura – História e Filosofia*, v. I-III, 1982-1984.  
DHP. [MATOS, S. C. (coord.)] *Dicionário de Historiadores Portugueses*. Biblioteca Nacional de Portugal/Centro de História da Universidade de Lisboa. [online] Disponível em: <http://dichp.bnportugal.gov.pt/>  
\_\_\_\_\_. [CARDOSO, J. L.] “Academia Real das Ciências de Lisboa [I]”, s/d.  
\_\_\_\_\_. [PROTÁSIO, D. E.] “Academia Real das Ciências de Lisboa [II]”, s/d.  
\_\_\_\_\_. [MATOS, S. C.] “Nacionalismo e história”, s/d.  
FERREIRA, A. M. “Congreganismo”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. v. II. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000.  
GONÇALVES, N. S. “Jesuítas (Companhia de Jesus)”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. v. III. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001.  
HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [1<sup>a</sup> ed. em francês 2003].  
HOMEM, A. C. “O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998.  
JUSTINO, D. *Fontismo: liberalismo numa sociedade iliberal*. Lisboa: D. Quixote, 2016.

- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2011 [1<sup>a</sup> ed. em alemão 1979].
- LUZ, J. L. B. “Os ideais da positividade”. In: CALAFATE, P. (dir.) *História do Pensamento Político Português*. v. I, t. I. Lisboa: Caminho, 2004.
- MACEDO, J. B. *O marquês de Pombal: 1699-1782*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- MACHADO, A. M. *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*. Lisboa: ICP, 1986 [1977].  
\_\_\_\_\_. *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal*. Lisboa: Presença, 1996.
- MARTA, M. C. *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: H. Nunes, 1918.
- MARTINS, J. P. O. “A ‘História de Portugal’ e os críticos”. In: *História de Portugal e os críticos da 1<sup>a</sup> edição*. Lisboa; Bertrand, 1880.
- MATOS, S. C. “Pombal, da Revolução Liberal ao Estado Novo”. In: SILVA, J. P. P. (coord.) *Pombal e o seu tempo*. Sintra: Caleidoscópio, 2010.  
\_\_\_\_\_. “História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX”, *Penélope: fazer e desfazer a história*, n. 8, 1992.  
\_\_\_\_\_. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX, 1846-1898*. Lisboa: Colibri, 1998.
- MIRANDA, T. C. P. R. “*Ervas de ruim qualidade*”: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa (1755-1757). Dissertação de Mestrado (História). São Paulo: FFLFH-USP, 1993.
- MONTEIRO, N. G. D. *José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008 [2006].
- NETO, V. *O Estado, a Igreja, a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: INC, 1998.  
\_\_\_\_\_. *A questão religiosa no Parlamento 1821-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.
- NORA, P. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*, v. 10, 1993 [1984].
- PAULO, H. “Mito e História: as oposições na historiografia portuguesa”. In: RIBEIRO, M. T. (coord.) *Outros Combates pela História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- PIMENTEL, A. “Através da imprensa” [1879]. In: BNP. *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: IBNL/BNP, 1995.
- PINTO, S. *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1895.
- POCOCK, J. G. A. “A *res publica* e a diversidade das Repúblicas: uma história das ideias” [2011]. *Cidadania, historiografia e res publica*. Coimbra: Almedina, 2013.
- POLICARPO, J. F. A. *O pensamento social do grupo católico de ‘A Palavra’*. Lisboa: INIC, 1992.
- POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.
- QUEIRÓS, E. *A Capital*. Lisboa: Bertrand, 2015 [1878/1925].
- RAMOS, R. *História de Portugal* [dir. MATTOSO, J.]. v. VI. Lisboa: Estampa, 2001 [1998].  
\_\_\_\_\_. “A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)”. *Análise Social*, v. XXVII, n. 116-117, 1992.
- RIBEIRO, L. *A popularização da cultura republicana*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- RIBEIRO, M. M. T. “A Regeneração e o seu significado”. In: TORGAL, L. R. & ROQUE, J. L. (coord.) *História de Portugal*. v. V: O Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2018 [1<sup>a</sup> ed. em francês 2000].
- RITA, A. “A Desmistificação camiliana de Pombal”. In: FRANCO, J. E. & RITA, A. *O Mito do marquês de Pombal...* Lisboa: THEYA, 2015 [2004].
- RODRIGUES, S. V. “Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: a diversidade de formatos discursivos”. In: RIO-TORTO, G. M. O. S. FITUEIREDO, O. M. & SILVA, F. (orgs.) *Estudos...* Porto: FL-UP, 2005.
- ROSA, A. M. *Eça, discípulo de Machado? Formação de Eça de Queirós (1875-1880)*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- SANTOS, J. J. C. *Literatura e Política. Pombalismo e antipombalismo*. Coimbra: Minerva, 1991.
- SARAIVA, A. J. *A tertúlia ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. Lisboa: Gradiva 1995 [1990].
- SARDICA, J. N. “Crise e queda da monarquia liberal portuguesa”. In: RAMOS, R. CARVALHO, J. M. & SILVA, I. C. (orgs.) *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Lisboa: D. Quixote, 2018.  
\_\_\_\_\_. “O jornalismo e a *intelligentsia* portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional”. *Comunicação & Cultura*, nº 7, 2009.

- \_\_\_\_\_. *A Regeneração sob o signo do consenso. A política e os partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: ICS, 2013 [2001].
- SERRÃO, João V. “Pombalismo: sistema político e funcionamento institucional”. In: In: COSTA, F. M. et al. (orgs.) *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Veja, 1989.
- SERRÃO, Joel. “Repensar Pombal”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado... v. II*. Lisboa: Estampa, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Do sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1983.
- SILVA, A. M. B. “Tradicionalismo”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. v. IV. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001.
- SILVA, A. D. P. *Modestos reparos ao livro do sr. C. Castello Branco*. Aveiro: M. Guimaraes, 1882.
- SILVANO, A. *O marquez de Pombal celebrado por um grupo de distintos escriptores liberaes*. Lisboa: O Bem Público, 1906.
- SIMÕES, M. “Camilo, Pombal e os jesuítas”. *Brotéria*, v. 116, n. 2, 1983.
- \_\_\_\_\_. “Camilo apologista dos jesuítas”. *Lusitânia Sacra*, 2<sup>a</sup> série, 5, 1993.
- TAVARES, R. *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- TENGARRINHA, J. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Minerva, 2006.
- TORGAL, L. R. “Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado... v. I*. Lisboa: Estampa, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Tradicionalismo e contra-revolução...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.
- TRAVERSO, E. *El pasado. instrucciones de uso: historia, memoria, política*. Madri/Barcelona: Marcial Pons/Ediciones Jurídicas y Sociales, 2007 [1<sup>a</sup> ed. em francês 2000].

Artigo recebido em 05/04/2021 e  
aprovado para publicação em 03/11/2021